



Jornal FNE

Edição 35 – Abril/05

Alertas e denúncias

Mais uma edição de Engenheiro chega aos nossos leitores. Neste mês, denúncias e alertas importantes compõem a nossa pauta. Em matéria de capa e em artigo do diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antonio Augusto de Queiroz, o andamento da reforma sindical, agora tramitando oficialmente no Congresso Nacional. Enquanto essa batalha está apenas começando, a que diz respeito à MP 232, que aumenta impostos dos prestadores de serviços, registra vitória, ao menos parcial, da sociedade.

Abrimos também a discussão, do ponto de vista da engenharia, sobre a polêmica reforma universitária. Com a virtude de propor a regulamentação do ensino superior, não resolve as carências na área de exatas, o que é essencial para vencer o atual atraso científico e tecnológico nacional.

A partir da obra do professor Marcio Pochmann, uma receita para que se pague a enorme dívida social do Brasil, que coloca milhões de cidadãos na miséria. Factível, a proposta pode chocar sensibilidades neoliberais: é preciso investir na melhoria das condições de vida da população e na infra-estrutura do País. Ainda no capítulo das mazelas neoliberais, o sindicalista francês Jean Luc Touly conta as manobras utilizadas pela Vivendi na feroz disputa por mercado de abastecimento de água, considerado o grande negócio do século XXI.

Em C&T, a nova ferramenta do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para monitorar o desmatamento na Amazônia, que já chegou a 670 mil quilômetros quadrados de mata primária. E ainda, as notícias sobre os debates e ações nos vários estados.

Bom proveito.

CAPA

Após quase nove meses de espera, desde o compromisso assumido pelo secretário nacional de Relações do Trabalho, Osvaldo Martines Bargas, em 17 de março último foi instalada a Comissão da Câmara Setorial de Profissionais Liberais, prevista pelo FNT (Fórum Nacional do Trabalho). A reunião aconteceu no auditório da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes dos trabalhadores e do Governo.

Conforme Bargas, caberá a essa comissão verificar quais alterações devem ser feitas no anteprojeto de lei da reforma sindical, de modo a contemplar esses profissionais, entre os quais estão incluídos os engenheiros. O texto, disponível no site <http://funky.macbbs.com.br/wwwroot/fnt/>, ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional, tendo em vista que sua tramitação depende da aprovação da PEC 369/05, que propõe mudanças nos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal. Encaminhada à Câmara dos Deputados em 2 de março, essa vem sendo duramente criticada em especial por colocar em risco direitos trabalhistas e fragilizar a organização sindical. Com destino incerto no Parlamento, o texto pode sofrer mudanças que obriguem o FNT a “refazer todo o projeto de lei”, admitiu Bargas.

A composição da comissão dessa câmara setorial é bipartite, contando com dez representantes dos trabalhadores – que terão como coordenador o presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro – e seis do Governo. Depois que seus integrantes esmiuçarem o anteprojeto de lei, levantarem tópicos de problemas e suas soluções, será definida uma agenda para debater essas questões. Havendo consenso entre os trabalhadores, o Governo acatará a decisão; caso contrário, terá o poder de determinar o que considerar mais adequado. O encontro seguinte entre os profissionais liberais ficou marcado para 4 de abril, na sede do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo).

Representação em perigo

Além das ameaças ao conjunto dos trabalhadores trazidas pela atual proposta de reforma sindical, os profissionais liberais viram-se colocados especialmente na berlinda. Isso porque entre as mudanças anunciadas está prevista a formação de sindicatos por ramos e atividades econômicas, e não mais por categorias profissionais. A fórmula, que pode funcionar em alguns casos, é certamente problemática para engenheiros, advogados e administradores, por exemplo. Esses permeiam toda a cadeia produtiva e não podem ser enquadrados em um ramo específico, demandando, portanto, organização própria.

Participaram da reunião, ainda, os diretores da FNE, Fermin Luis Perez Camisón e Jorge Gomes, esse também presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais).

OPINIÃO

Agora é oficial. O Governo encaminhou ao Congresso a PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que tramita sob o número 369, de 2005, para modificar os artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal, que cuidam da estrutura sindical. O tema é polêmico e as primeiras audiências havidas comprovam essa afirmação.

O texto será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Especial, que cuidará do exame do mérito da matéria. Neste momento, a PEC aguarda manifestação do relator da Constituição e Justiça, deputado Maurício Rands (PT/PE), que pretende ouvir as representações dos trabalhadores, dos patrões e do Governo antes de emitir seu parecer.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, no intuito de colaborar para aprofundar o debate, está promovendo audiências públicas sobre a matéria. Na primeira, realizada em 16 de março com o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, ficou patente o quanto o tema é polêmico. Houve muitos protestos e o ministro foi vaiado reiteradas vezes, com a quase totalidade das manifestações dos parlamentares contra a reforma.

Entretanto, o debate para valer se dará na Comissão Especial, que tem a responsabilidade de opinar sobre o mérito da matéria. Após receber o parecer da que trata das questões constitucionais e jurídicas, disporá de 40 sessões (algo como 60 dias) para concluir seus trabalhos, permitidas emendas nas dez primeiras, desde que subscritas por 172 deputados. Se aprovada na Comissão Especial, a matéria segue para dois turnos de votação no Plenário da Câmara e depois para o exame do Senado Federal.

*Antonio Augusto de Queiroz é jornalista e diretor do Diap
(Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)*

Voto exige reflexão

Luiz Fernando Machado

Neste ano teremos eleições para a escolha dos dirigentes do Sistema Confea/Creas pelo próximo triênio. Os profissionais devem se conscientizar e encarar o pleito como aqueles em que elegemos nossos representantes para o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Estaduais, Câmaras Municipais, bem como o Presidente da República, o Governador do Estado e Prefeitos Municipais. Assim, devemos ter a responsabilidade de saber conceder nosso voto a pessoas comprometidas com a defesa dos direitos da categoria como um todo. Alguém determinado e conhecedor do sistema para melhor administrar os conselhos, que se proponha a agir com coerência, transparência e, acima de tudo, eficiência.

No pleito anterior, em 2002, a disputa pelo Conselho Regional do Tocantins envolveu cinco candidatos, quatro da área de Engenharia Civil e um arquiteto, demonstrando a divisão da classe. Isso não poderia ter acontecido, já que fizemos uma pesquisa preliminar com possíveis nomes e a categoria elegeu um dos candidatos indicados pelo Seageto (Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado de Tocantins). Tentamos, sem sucesso, entrar num consenso para reduzirmos os números de candidatos, tornando mais compatível com a quantidade de profissionais no Estado habilitados a votar – aproximadamente 1.500. No resultado final, o atual presidente do Conselho Regional, Valdivino da Silva, foi eleito com 23% dos votos contra 20% do candidato do Sindicato dos Engenheiros; os demais alcançaram 57%, confirmando o que havíamos previsto.

Neste ano, o sindicato também pretende lançar seu candidato à Presidência do Crea e desde já conclamamos os companheiros a analisarem bem as propostas e o perfil profissional dos candidatos. É preciso avaliar se os postulantes realmente estão aptos a presidir o conselho pelos próximos três anos. Com os mesmos critérios e objetivos, trabalharemos para a eleição do Confea.

Nesse esforço, é preciso estar atento ao trabalho desenvolvido pelos dirigentes e verificar se suas administrações estão sendo conduzidas de modo satisfatório à classe. Caso contrário, é necessário eleger um programa de gestão que atenda aos interesses das categorias ligadas ao sistema, que busque seu fortalecimento e valorização. Para tanto, precisamos responder a questões elementares: Que Crea e Confea desejamos? O que tem de ser feito para que alcancemos esse objetivo? Obtidas essas respostas, ficará mais fácil para todos nós fazermos a escolha correta.

Com esse norte, ainda no primeiro semestre de 2005, será feita a discussão com vistas a escolher os nomes que, apoiados pelo Seageto, disputarão as eleições para o Crea e o Confea. Esses terão a missão de trabalhar pelo aprimoramento do nosso sistema e conseqüente valorização dos profissionais.

Luiz Fernando Machado é vice-presidente do Seageto e diretor da FNE

ENSINO

A educação é um bem público e não uma mercadoria. Esse é o pressuposto que fundamenta o anteprojeto de lei do ensino superior. Quem garante é André Lázaro, diretor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Ministério da Educação) e membro do grupo executivo da reforma universitária. Apresentado pelo Governo em dezembro último, tal recebeu uma enxurrada de críticas de diversos setores – os quais poderiam enviar suas

contribuições ao aprimoramento do texto até 30 de março. Após essa data, o anteprojeto seria consolidado e encaminhado à Casa Civil.

Entre as queixas está uma lacuna que, ao não ser preenchida, mantém o País inevitavelmente na lanterna do desenvolvimento, conforme destaca Ennio Candotti, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência): “Faltou dar ênfase ao papel da pesquisa científica nas universidades e formação de recursos humanos.” Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi/CNI (Confederação Nacional da Indústria), Carlos Cavalcante salienta que na proposta não há preocupação com a distorção na matriz da oferta de cursos, que requer linhas de recursos específicas para ser corrigida. “Na graduação, 68,7% são de humanas e sociais, enquanto as engenharias e áreas tecnológicas ficam com apenas 10,8%”, explicita. Para Candotti, esse número “deveria se elevar a 30% ou 40% e se reduzir proporcionalmente em humanas e sociais”. Na ótica de Ângela Uller, diretora geral da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a reforma “fala pouco” da interação empresa e escola, que poderia se dar através do estímulo ao chamado mestrado profissionalizante.

Divergências

Além desse aspecto, vários outros contribuíram para a polêmica que tem envolvido o debate sobre o assunto. A principal fonte de críticas ao projeto é a pretensão do Governo de regulamentar o setor. O anteprojeto de lei obriga as universidades a apresentarem, a cada cinco anos, PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), o qual deve englobar plano de metas e cronograma para preenchimento dos requisitos para que possam continuar funcionando. E constitui conselhos comunitários nas escolas, com caráter consultivo.

Cavalcante é um dos que discordam da real necessidade do PDI e desconfiam que impeça a autonomia nas escolas. De acordo com ele, tal plano não deveria sequer ser incluído no anteprojeto. “O documento deveria tratar de diretrizes gerais e não ter um detalhamento tão grande.” O diretor do MEC admite que a tendência é ter um texto final mais enxuto e se retirar aspectos para instruções complementares. Porém, afirma que há pontos inegociáveis, como a autonomia das federais e a questão do acesso e permanência nas universidades.

A criação dos conselhos comunitários, que permitirá a participação da sociedade nos rumos do ensino superior, foi o alvo da Associação Nacional das Universidades Particulares, consideradas as grandes beneficiadas pela atual falta de regulação. Na concepção de José Walter Pereira dos Santos, diretor executivo da entidade, a idéia é inadmissível. “Uma maioria de estranhos à instituição não pode definir o que é importante para ela”, argumenta. Para ele, é preciso ainda aprimorar os mecanismos de manutenção, administração e avaliação das instituições de ensino.

Representando escolas mais tradicionais como FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), Mackenzie e as PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) em diversos estados, a Abruc (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) tem como uma de suas principais reivindicações a diferenciação entre suas filiadas e as universidades privadas, que teriam

finalidade puramente econômica. “As nossas são instituições comunitárias, tudo o que entra é reinvestido. É diferente de particulares que visam apenas o lucro. Queremos que se defina uma nomenclatura específica para o nosso caso na proposta do Governo”, informa Aldo Vannucchi, presidente da entidade e reitor da Universidade de Sorocaba. Conforme ele, a sugestão foi recebida com simpatia pelo ministro da Educação, Tarso Genro.

Na análise do pró-reitor de planejamento e coordenação geral da Universidade Federal de Alagoas, João Carlos Barbirato, a reforma acerta na definição explícita de que ensino superior é um bem público e dessa forma precisa de regulamentação. Porém, não assegura a autonomia financeira das instituições federais, porque os recursos são insuficientes. Lázaro garante que essa vai aumentar em R\$ 1 bilhão a verba para a educação superior, ao acabar com a DRU (Desvinculação de Receitas da União), dispositivo que retira 20% dos recursos consignados à educação.

Ordem na casa

Se as opiniões divergem em vários aspectos, por outro lado, praticamente há consenso quanto à necessidade de se efetuar reforma do gênero. No Brasil, é visível a distorção nesse nível de ensino, intensificada na era FHC, quando proliferaram instituições pagas, sem o devido controle. Conforme o último Censo da Educação Superior, do total de 3.887.771 matrículas, apenas 29% estão em instituições públicas e 71% em privadas. Em 1992, quando havia 1.535.788 estudantes, 41% se enquadravam no primeiro caso, enquanto 59% encontravam-se nas universidades particulares.

Em seus principais pontos, a reforma tenta mudar essa realidade, para garantir qualidade e acesso a um maior número de estudantes ao ensino superior. Assim, prevê a autonomia financeira e patrimonial das instituições; a regulação de universidades públicas e privadas, as quais devem atender a pré-requisitos ao seu funcionamento, como ter a maioria dos seus cursos com avaliação positiva pelo MEC em três campos do saber e corpo docente com pelo menos metade de mestres e doutores; bem como estabelece políticas afirmativas. Pela proposta, as instituições federais terão que reservar no mínimo 50% das vagas, em cada processo de seleção, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, aí incluídos negros e índios.

SINDICAL

Avaliando que não conseguiria aprovar por completo a Medida Provisória que aliviaria a carga de impostos a pessoas físicas, mas, em contrapartida, penalizaria prestadoras de serviços, o Governo recuou e, em 30 de março, adiou sua votação. No dia seguinte, quando essa passaria

a trancar a pauta na Câmara dos Deputados, tal foi retirada e desmembrada em nova MP editada pelo presidente Lula, a qual garantirá a correção da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física. Além disso, o Governo ficou de encaminhar projeto de lei do Executivo que deve incluir dispositivos à compensação por perdas de receita com a medida.

A mudança de rota foi assegurada pela mobilização de representantes de inúmeras entidades – entre as quais a FNE – integrantes da Frente Brasileira contra a Medida Provisória 232. Em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), no dia 9 de março, em Brasília, eles levaram suas críticas à MP. Assim, reiteraram seu pleito de que tal fosse rejeitada em todos os pontos, exceto no que tratava da correção da alíquota do IR em 10% – único que foi fruto de negociação e atenderia minimamente reivindicação antiga dos trabalhadores.

Esse seria o objetivo inicial da medida editada no final de 2004, desvirtuado pela inclusão de aumento do IR para pessoas jurídicas, a partir de 2006, e da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) das prestadoras de serviços ainda neste ano. A medida atingiria especialmente quem opta pela declaração de lucro presumido, cuja alíquota passaria dos já elevados 32% para 40%. Dessa forma, representaria duro golpe aos profissionais liberais que têm empresas, como os engenheiros.

No encontro na Capital Federal, a Frente angariou o apoio público de líderes da maioria dos partidos e do próprio chefe do Legislativo. Tais parlamentares manifestaram seu repúdio à MP, o que deixou os representantes de entidades otimistas de que essa não passaria. A expectativa positiva – confirmada na última semana de março – pôde ser reforçada em nova reunião do movimento realizada no Clube Espéria, na cidade de São Paulo, em 14 de março, que contou com a participação do presidente da Câmara.

Apesar da vitória nessa batalha, a luta não acabou. Agora, as entidades devem centrar fogo no projeto alternativo do Governo. A ser apresentado ao Congresso Nacional em regime de urgência, esse pode conter aumento de tributos, o que é rechaçado pelos representantes de entidades.

A outra probabilidade, sinalizada pela equipe econômica à imprensa, é igualmente condenável: que a população pague pela redução do Imposto de Renda mediante cortes nos investimentos, cujo montante destinado no Orçamento já tem sido insuficiente para se resolver as mazelas que afligem milhões de brasileiros.

Abaixo a reforma sindical

Os cidadãos que quiserem engrossar o movimento contra a reforma sindical podem fazê-lo por intermédio do site www.reformasindical.com.br, criado pela FNE. Através dele, é possível enviar automaticamente uma carta a todos os deputados e senadores brasileiros. Nela, argumenta-se contra o projeto de mudança na organização sindical elaborado no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) e pede-se apoio ao seu contraponto, oriundo no FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) e encabeçado pelo deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG). Ambas propostas podem ser acessadas pelo site , o que permite se traçar um comparativo entre elas

e verificar as diferenças. A primeira, na realidade, antecipa a reforma trabalhista, ao eliminar direitos consagrados. A segunda preserva e regulamenta preceitos constitucionais e visa fortalecer os sindicatos.

Com a iniciativa de possibilitar o acesso aos projetos e criar esse canal direto com os parlamentares para que a sociedade se pronuncie acerca da questão, a FNE objetiva sensibilizar seus representantes no Legislativo de que a proposta encaminhada pelo Governo ao Congresso não é fruto de consenso e sequer tem o apoio da opinião pública, de modo que não a aprovem.

FNEPrev aguarda definições do Ministério

O projeto da federação de colocar à disposição dos engenheiros fundo nacional de pensão, que seria denominado FNEPrev, espera por definições do Ministério da Previdência Social. Quem afirma é o diretor da FNE, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, segundo o qual esse órgão tem feito ajustes nos contratos de planos de previdência complementar, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar. A idéia da federação de implantar o FNEPrev baseou-se na experiência paulista do SEESPPrev, que tem sido bem-sucedida. Assim que essas questões estiverem equacionadas, a FNE poderá dar continuidade ao seu intento.

Evento sobre transporte rodoviário

A FNE está programando para a segunda quinzena de maio evento sobre transporte rodoviário, a se realizar no Rio de Janeiro. Na ocasião, deve ser abordado o projeto “BR 101 – Rodovia da vida”. Apresentada pela federação, Senge-SC e outras entidades ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em setembro último, a proposta é de reengenharia de trânsito no trecho sul da rodovia, com intervenções de baixo custo especificamente nos 343km entre Palhoça (SC) e Osório (RS), cujas condições são precárias.

O que acontece nos estados

AL

Prefeito critica transposição do São Francisco

“Querem acabar com o Nordeste.” Assim o engenheiro agrônomo e prefeito do Município de Piranhas, Inácio Loiola Damasceno Freitas, classifica a proposta de transposição das águas do Rio São Francisco para levar o recurso hídrico até Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. “Teoricamente, o Estado mais seco do Nordeste é o Ceará. No entanto, esse tem capacidade de armazenamento nos seus principais açudes de 17,5 bilhões /m³, o que é suficiente para atender às suas necessidades”, afirmou. Ele criticou ainda os elevados custos financeiros e ambientais do projeto e defendeu, alternativamente, a revitalização do rio.

CE

40 mil comemoram Dia da Água

Em 22 de março, cerca de 40 mil pessoas participaram da comemoração do Dia Mundial da Água programada pelo Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará). Na ocasião, os interessados receberam informações sobre o projeto de Integração do Rio São Francisco e assistiram a vídeos com depoimentos de autoridades nacionais especialistas no assunto e apresentações artístico-culturais regionais. Segundo Regis Carneiro, presidente do Senge Ceará, essa ação em cadeia, “fundamentada na viabilidade desse projeto e na importância da interligação das águas do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional”, culminou com o ato público que definiu essa data como o Dia Nacional da Interligação.

RN

Complexo aeroportuário da Grande Natal

Esse foi o tema da palestra realizada no dia 14 de março, como parte da comemoração dos 20 anos do Senge Rio Grande do Norte, que ocorreu no período de 28 de fevereiro a 28 de março. O complexo aeroportuário internacional, em construção no Município de São Gonçalo do Amarante, está sendo planejado pela Infraero para ser um dos mais modernos do País. A opção foi por implantar no Rio Grande do Norte um modelo em que haja sinergia entre as atividades realizadas nesse e a comunidade do seu entorno. O empreendimento está na fase de projeto da pista de pouso e decolagem e pátios de aeronaves. Os serviços de desmatamento já se iniciaram e, de acordo com o planejamento da Infraero, essa primeira etapa está prevista para ser concluída até o primeiro semestre de 2009.

MS

Convênio com a Pini

Foi firmado convênio entre o Senge-MS e a Editora Pini, localizada na Cidade de São Paulo, que propiciará descontos especiais aos associados nas publicações do seu acervo (consulte o site www.piniweb.com/index.asp). Segundo Arthur Chinzarian, presidente do Senge Mato Grosso do Sul, o filiado na cidade de Campo Grande ainda tem descontos em hotéis, locadoras de veículos, clínicas dentárias e outros, além do espaço físico da entidade a sua disposição, com secretária e telefone. Informações pelo telefone (67) 3028-6940.

PI

Mobilização contra projeto da Agespisa

O Senge Piauí está mobilizando a categoria para se opor ao projeto que considera um crime contra a saúde pública do Estado. Segundo Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do sindicato, trata-se do esfacelamento da Agespisa (Companhia de Águas e Esgotos do Piauí), com a criação de autarquias em regime de consórcio com os municípios e o Governo do Estado. Para ele, “o projeto demonstra a intenção do Governo de destruir o saneamento básico do Piauí, tentando atrair as prefeituras com promessas de investimentos”. A primeira autarquia apresentada, com 36 municípios da região do cerrado piauiense, acena com investimento de R\$ 11 milhões advindos do Ministério das Cidades. “São valores insignificantes para a criação de estrutura administrativa e técnica para gerir os sistemas de abastecimento de água desses municípios”, criticou. Também há indícios de que o Governo pretende doar sem ônus à autarquia todo o patrimônio da Agespisa construído nessas localidades. “Isso seria dilapidá-la, como fizeram com a Cepisa (Companhia Energética do Piauí), trocada por uma folha de décimo terceiro salário.” Florentino defende a revitalização da Agespisa com a profissionalização da empresa em uma gestão compartilhada, com participação do Governo, funcionários e a sociedade.

SC

Conselho diretor indica próximo presidente do Senge

Nos dias 10, 11 e 19 de março, o Conselho Diretor do Senge Santa Catarina reuniu-se no Hotel Parthenon, em Florianópolis, para deliberar sobre as novas ações da entidade, com o objetivo de atender a demanda cada vez mais crescente do sindicato e definir o planejamento anual de 2005. Um dos pontos importantes do encontro foi a escolha do candidato que substituirá o atual presidente da entidade, Carlos Abraham. A direção do Senge decidiu apoiar José Carlos Rauen para ocupar esse posto. Ele é conhecido por sua trajetória como diretor responsável pelas finanças da entidade e pela atuação no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Santa Catarina. É também profissional ativo em projetos de engenharia civil, mentor na elaboração de uma comissão de acompanhamento das obras da BR 101 e recentemente foi eleito coordenador nacional da Câmara Civil do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura). Segundo Abraham, “essa decisão demonstra perfeita sintonia e maturidade política do sindicato”. A eleição do Senge acontecerá no dia 18 de agosto.

ECONOMIA

Assombrosos R\$ 7,2 trilhões. Esse é o montante necessário para que o Brasil tenha padrão elevado de inclusão, nos moldes da habitação na Dinamarca, saúde no Japão, ensino médio no Chile e esgoto coletado na Austrália, Finlândia ou Holanda. O número, equivalente a quase dez vezes a dívida pública e mantido na penumbra por séculos, finalmente foi desvendado por um grupo de pesquisadores do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Unicamp, sob a coordenação do professor do Instituto de Economia dessa universidade, Marcio Pochmann. Os resultados do trabalho estão no quinto volume do “Atlas da exclusão social”, lançado no início deste ano.

Intitulada “Agenda não-liberal da inclusão social no Brasil”, a obra aponta um caminho para que essa deixe de ser uma nação para poucos. Aqui, menos de 10% da população brasileira apropriam-se de mais de 2/3 da riqueza nacional – quadro que se mantém praticamente inalterado desde o século XVIII. A perversa desigualdade foi desmascarada nos quatro volumes anteriores da série “Atlas da Exclusão Social”. Nesses, ficou evidenciada a absurda concentração de renda e a prevalência do denominado “ciclo de financeirização da riqueza”, que “asfixia o potencial de crescimento produtivo e ocupacional” desta Nação e praticamente inviabiliza a ampliação da inclusão social.

Em complemento, no quinto volume, demonstram-se as gritantes disparidades regionais – no geral, enfrentam mazelas ainda maiores os habitantes do Norte e Nordeste. Os dados são alarmantes: a publicação revela que em Alagoas 78,1% da população está abaixo da linha de pobreza; no Maranhão, são 77,6%; no Piauí, 73,4%; no Tocantins, 67,6%; e no Sergipe, 65%. Também é nessa região que se concentram as maiores taxas de desemprego ampliado, que se situam em torno de 50% em alguns estados.

A face da exclusão

Na concepção de Pochmann, o primeiro passo para se planejar as ações e mudar essa realidade seria dimensionar o tamanho da dívida social. O professor da Unicamp ressalta que isso nunca havia sido feito – pelo menos até a publicação do quinto volume do “Atlas da exclusão social”. “Como se organizam as ações dessa forma? Não adianta nem ter recursos, porque podem não ser aplicados adequadamente”, acredita. Sintomático dessa situação é que hoje, conforme ele, há diferentes projetos para um mesmo público e não há um trabalho que ataque o problema em sua matriz. “É preciso integrar e articular as políticas, diferentemente do que ocorre hoje, em que na área social a forma de operação é fragmentada. A exclusão é totalizante”, atesta.

Reconhecida sua face – com o dimensionamento da dívida social –, tornou-se possível aos pesquisadores apresentarem agenda de possibilidades à inclusão. Mediante diagnóstico do País em oito áreas essenciais, eles indicam os investimentos necessários de 2005 a 2020 nesses complexos sociais – habitação, saúde, trabalho decente, educação, cultura, informática, pobreza e previdência social. Para se alcançar um padrão de inclusão social avançado, a

exemplo de outras nações, precisariam ser destinados R\$ 450,7 bilhões por ano ou 27,6% do PIB (Produto Interno Bruto). Já a um intermediário, R\$ 241,2 bilhões ou 14,5% do PIB – quase 20 vezes mais que o previsto para investimentos no orçamento de 2005.

Continuidade e pacto social

O período estipulado equivale a quase cinco mandatos presidenciais e, segundo Pochmann, o resultado almejado depende da continuidade na aplicação de recursos. Caso haja interrupção ou nada seja feito, “corremos sério risco de chegar a 2020 em situação pior do que a atual”. Por exemplo, de acordo com a publicação, “se se mantiver o mesmo déficit de trabalho decente atualmente existente, de 27,8%, seriam 34,8 milhões de trabalhadores na situação de desemprego e subocupação no ano de 2020 – um universo de 12,5 milhões a mais de pessoas do que o verificado em 2002”. Na obra, os pesquisadores alertam que “a permanecer o manejo de políticas públicas, especialmente num quadro de contínua restrição fiscal e de ausência de crescimento econômico sustentado, conforme verificado nos últimos 25 anos, não haverá futuro solidário e inclusivo no Brasil”.

Nesse contexto, Pochmann reconhece que mudar o modelo econômico é fundamental, mas “não é suficiente”. Para reverter essa situação – em que há, conforme descrito no livro, “pequenas ilhas de inclusão e um mar revolto de exclusão” –, o economista considera necessária a construção de um pacto social, em que Estado e iniciativa privada assumam sua responsabilidade e metas para se obter uma Nação mais igual. Esse exercício de planejamento, aborda o livro, “compreende o engajamento político por meio de formulação técnica que aproxime e viabilize a condução do Brasil a uma ruptura com a tendência de polarização social entre ricos e pobres exposta cotidianamente, por exemplo, na violência das grandes metrópoles, tornando o País simplesmente inviável como nação”.

ENTREVISTA

A Veolia Environnement (nascida da gigante Vivendi Universal) é a maior empresa de água do mundo. Está presente em todos os continentes e, junto com o Grupo Suez (antiga Lyonnaise des Eaux), detém a concessão dos serviços de saneamento de 80% dos municípios franceses. Em 2004, faturou € 24,6 bilhões. Tamanho sucesso, contudo, não se deve à competência técnica ou administrativa, mas a motivos bem menos nobres. A denúncia, que corre o mundo, está no livro “Les véritès inavouables de Vivendi (As verdades inconfessáveis da Vivendi)”, de autoria do sindicalista Jean Luc Touly. Também presidente da seção francesa da Associação pelo Contrato Mundial da Água, ele esteve no Brasil em março último, a convite do Governo do Paraná – que disputa o controle da Sanepar com o consórcio liderado pela Vivendi-Veolia. Em entrevista a Engenheiro, contou casos de corrupção, superfaturamento e fraude.

Quais são as verdades inconfessáveis da Vivendi contadas em seu livro?

Eu entrei na Vivendi, antiga Générale des Eaux, em 1976 e tinha a função de acompanhar os contratos da empresa com a cidade de Paris. A partir disso, vi que a corrupção e o superfaturamento eram práticas correntes da empresa. Essa companhia foi criada há 150 anos. Até a década de 50, ela e a Suez (antiga Lyonnaise des Eaux) detinham os serviços de saneamento de um terço dos municípios franceses. Hoje, estão em 80% deles, assim como na África, Ásia e América Latina. A receita para esse sucesso foi, principalmente, o chamado “direito de entrada”. Em troca de contratos de concessão por 30 ou 40 anos, as empresas concediam empréstimos aos municípios, a juros de 15%, bastante altos para a França. Esses compromissos seriam pagos a longo prazo, incluídos nas tarifas. Evidentemente, isso era um chamariz para prefeitos interessados em mostrar realizações. Essa prática acabou se estendendo para todo tipo de serviço público e foi proibida em 1993. Contudo, encontraram-se maneiras de burlar a nova lei, como a compra de anúncios em jornais municipais a preços até 20 vezes mais altos que os normais ou o financiamento dos times de futebol, que, na França, basicamente pertencem às cidades.

Que papel têm os políticos nessa história?

Membros dos principais partidos políticos da França, à esquerda e à direita, fazem parte dos conselhos de administração dessas empresas. Quando perdem uma eleição, podem contar com remunerações que vão de € 250 mil a € 1 milhão. E os exemplos de promiscuidade são inúmeros. A assessora direta do Prefeito de Paris foi, entre 1995 e 1998, diretora de recursos humanos da Vivendi. Hoje, ela cuida da gestão das águas. O presidente do Centro de Informação sobre a Água é o segundo homem na hierarquia da Suez. O presidente da Fundação Vivendi é um deputado socialista de Lion que confiou a gestão das águas da cidade à própria Vivendi.

O senhor mencionou casos de superfaturamento...

Uma das irregularidades está na conta de água. Nela, estão incluídos os investimentos feitos pela empresa, sobre os quais a sociedade não tem qualquer controle. A companhia determina o que precisa ser feito e diz quanto custou. Para completar, não faz licitação para definir quem fará o trabalho, freqüentemente entregue a subsidiárias da própria concessionária. No livro, eu demonstro que a Vivendi lucrou € 5 bilhões apenas em investimentos que deixou de realizar, mas pelos quais cobrou. Esse dinheiro sumiu numa série de operações financeiras feitas por Jean-Marie Messier, que, antes de cair em desgraça em 2002 por fraudes contábeis, transformou a Vivendi nessa potência. A empresa afirma que o dinheiro não existe. No entanto, foi ele que permitiu à Vivendi comprar a Universal Studios.

E quanto à atuação da Vivendi fora da França?

Um caminho para entrar nos países é quando eles são muito pobres ou há uma catástrofe, que deixa as populações sem suprimento de água. Primeiro, chega com oferta de ajuda humanitária; depois, vem a equipe comercial para convencer o poder público local a lhe conceder o serviço, sempre com o apoio do Banco Mundial. Em países como o Brasil, a estratégia é mais parecida com o que se faz na Europa ou no Canadá. A empresa começa a atuar pelas bordas, geralmente na área de assistência técnica e obras. Também não aparece diretamente, mas por meio de pequenas filiais, com nomes locais.

As PPPs representam grandes oportunidades para a privatização da água?

A principal utilidade da PPP é legitimar os contratos, dando garantias à empresa privada. Impede situação como a de Cochabamba, onde a Bechtel perdeu a concessão por pressão popular.

Que retaliações essas denúncias lhe renderam?

A empresa não havia se manifestado até um mês após o lançamento. Isso mudou quando uma rede de TV decidiu gravar uma entrevista comigo lá. Eu só pude dizer duas frases porque os seguranças retiraram a equipe à força. A parte engraçada é que, na seqüência, eu fui chamado a conversar com o diretor que tentou negociar saídas ao embarço. Haviam se esquecido de retirar o microfone que eu tinha na roupa e, dez dias depois, a reportagem foi ao ar, incluindo esses diálogos. Depois desse episódio, fui processado. Antes, contudo, ainda me propuseram um acordo: retirariam a ação e me dariam € 1 milhão se eu parasse de incomodar. Na corte, depois de já ter recebido o apoio do juiz que estava indignado com o que ouvira sobre a multinacional, pedi que ele decidisse contra mim, para que eu pudesse recorrer e o assunto não se encerrasse. Assim ele fez e eu fui condenado a pagar € 1 à Vivendi.

C&T

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) apresentou recentemente à Presidência da República o primeiro relatório do Sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real): seu mais novo projeto para monitoração do desflorestamento amazônico. Ele foi desenvolvido em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Destina-se a agilizar o fornecimento de informações que orientem a fiscalização e permitam o controle sobre o uso sustentável dos recursos na Amazônia legal brasileira.

O que diferencia o Deter do que já vinha sendo aplicado é o tempo que o satélite utilizado necessita para dar uma volta na Terra: apenas cinco dias. O trajeto era percorrido anteriormente em 16 dias. Isso significa um enorme ganho de tempo na obtenção dos dados, o que permite uma detecção de desmatamento em tempo “quase real”, como atesta o gerente do Programa de Monitoração Ambiental da Amazônia por Satélite do Inpe, Dalton de Morisson Valeriano. As imagens captadas perdem um pouco de “resolução espacial, mas ganham resolução temporal”, explica.

Ele lembra que o Deter não visa o levantamento numérico geral da devastação, o que já é feito por outro programa, chamado Prodes. Esse já constatou 670 mil quilômetros quadrados de mata primária derrubada (ou 16,5% do total) na região abrangida pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins e parte do Maranhão. Isso em uma área de floresta estimada em 4 milhões de quilômetros quadrados, excluindo-se 1,2 milhão de cerrado e formações hidrográficas. O “Arco do Desmatamento” são as bordas leste e sul da floresta já devoradas pela fome das queimadas e motosserras.

Avanço

A tecnologia aplicada no novo sistema envolve sensores com alta frequência de observação para reduzir as limitações provocadas pela ocorrência de nuvens, o que em uma zona climática tropical úmida como a Amazônia Legal impede comumente a visão da superfície. O sensor Modis viaja a bordo dos satélites Terra e Acqua pertencentes à Nasa, a agência espacial estadunidense, com resolução de 250 metros de frequência que cobre o Brasil em períodos de três a cinco dias. Já o WFI pertence ao CBERS-2, satélite criado pela parceria sino-brasileira, com resolução espacial de 260 metros de frequência de cobertura do Brasil em cinco dias. Tais recursos são capazes de detectar desmatamentos recentes cuja área seja superior a 250 metros quadrados.

Todas as informações são disponibilizadas pela Internet e podem ser até mesmo recebidas pelos correios. Elas mostram os locais de devastação classificados por período observado e por faixa de área – de 25 a 5 mil hectares. Assim, é possível fazer o cruzamento entre as licenças emitidas para a derrubada de árvores com o desmatamento real efetivado ou em andamento, por exemplo.

Os dados dos satélites são captados pela antena brasileira considerada melhor posicionada, bem no centro da América Latina, em Cuiabá, no Mato Grosso. Em 2004, 90 imagens da região foram obtidas para registrar o avanço sobre as matas, com uma margem de erro de aproximadamente 5%. Segundo Valeriano, a avaliação do período estará pronta até o final de abril. Para 2005, a idéia é ter o trabalho terminado ainda este ano e seguir acelerando o processo. “Nosso objetivo é disponibilizar os dados dos últimos dez dias de observação a cada 15 dias, para permitir um controle efetivo”, afirma.

Na avaliação do pesquisador, o pronto acompanhamento da sociedade será uma ferramenta importante para conter o desmatamento. Com esse intuito, ele defende a rápida instalação de 19 bases operativas dentro do “Arco do Desmatamento”, “centros que vão coordenar as ações

de organismos como Ibama, Receita Federal, ministérios do Trabalho e da Reforma Agrária e outros, in loco”, informa.

Para saber mais sobre o Deter: <http://www.obt.inpe.br>

Sobre os satélites: <http://www.dgi.inpe.br>

Entidades ligadas ao meio ambiente amazônico:

<http://www.lncc.br/frame.html>

<http://www.museu-goeldi.br/>

<http://www.mamiraua.org.br/>

<http://w3.impa.br/~webnew/>

<http://www.cbpf.br/>